

Crise e Desenvolvimento Regional:

Integração, disparidades e perspectivas

Beatriz Tamaso Miotto (Professora Adjunta – UFABC)

Juliana Bacelar de Araújo (Professora Adjunta – UFRN)

RESUMO GERAL

A sessão livre **Crise e Desenvolvimento Regional: integração, disparidades e perspectivas** tem como objetivo geral construir um panorama sobre as transformações socioeconômicas do país, principalmente a partir da desaceleração e da crise na segunda década dos anos 2000. Propõe-se, como objetos das apresentações, a análise de quatro dimensões importantes do desenvolvimento regional, correspondendo cada dimensão a uma palestra: 1. Produção e inserção externa; 2. Mercado de trabalho; 3. Desigualdades multidimensionais; 4. Infraestrutura; 5. Meio ambiente. Tais dimensões serão analisadas tendo como base as macrorregiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste) e algumas especificidades estaduais, quando pertinentes. Em que pese as omissões desse recorte territorial, considera-se que a homogeneidade das informações nessas divisões administrativas facilita a comparação entre as regiões, bem como um tratamento comum entre as dimensões.

Além do mesmo recorte espacial as análises contemplarão a mesma periodização que destaca, fundamentalmente, dois períodos, com foco no segundo: i) 2004-2011, período com maiores taxas de crescimento do PIB, maiores patamares de investimento, maior nível de consumo, aumento da renda e do crédito, menores taxas de desemprego, aumento da formalização dos contratos de trabalho e queda nas desigualdades; ii) 2012-2018, período de desaceleração e negatização nas taxas de crescimento, de redução sistemática das taxas de investimento público e privado, crise fiscal e política do Estado, elevação das taxas de desemprego, aumento da informalidade e ampliação da desigualdade de renda.

As análises partem da interpretação já consolidada na literatura sobre a importância das diferentes formações socioespaciais na construção da integração regional. Nesse aspecto, historicamente destacam-se os processos de industrialização e urbanização que, principalmente a partir da década de 1930, comandaram a dinâmica da integração espacial, comercial, produtiva e social no país, criando movimentos de homogeneização e diferenciação entre as regiões. Assim, em que pese o sistemático aumento das disparidades regionais, a economia brasileira encontrou, durante a maior parte do século XX, uma base interna de reprodução econômica e social, com uma divisão territorial do trabalho polarizada por São Paulo. Esse movimento apresentou novos contornos no final do século XX, legando às primeiras décadas do século XXI determinantes inéditos que contrariam a tendência da integração regional anterior.

Nesse aspecto ressalta-se que, embora tenha ocorrido um processo de desconcentração da produção e uma tímida redução das disparidades de renda a partir dos anos 1980, o padrão de reprodução das desigualdades regionais permanece, principalmente se considerarmos a ideia elaborada por Wilson Cano de que essa desconcentração vai ganhado, ao longo do tempo, qualificação “espúria”. Isso se traduziu em duas tendências principais: 1) a integração competitiva das regiões, onde ganha destaque a guerra fiscal e suas derivações; 2) a mudança da inserção externa do Brasil, em especial, no início do século XXI com o que aparece na literatura como “reprimarização da economia”; “efeito China”; “especialização regressiva da estrutura produtiva”; “desindustrialização”; “reversão neocolonial”; entre outros. Uma (contra) tendência que teve impacto decisivo nos processos regionais pelo menos entre 2004 e 2012 são os chamados “efeitos regionais implícitos das políticas setoriais”. Estes processos recentes, em contexto de crescimento econômico, foram capazes de atender demandas de diversas regiões, em especial daquelas que, ao longo do século XX, haviam respondido por menores participações no produto nacional. No pós-2012, no entanto, esse movimento passa a enfrentar, além das contradições próprias do modelo de desenvolvimento, sistemática deterioração das taxas de crescimento e, a partir de 2015, taxas negativas de crescimento. Soma-se à crise econômica (que inclui componentes externos à economia brasileira) a crise política, as quais ocasionaram deterioração das contas públicas, decréscimo substantivo do investimento público e privado e uma tendência à neoliberalização na gestão econômica e da política pública, consubstanciadas no governo eleito em 2018.

O que a discussão das dimensões pretende, portanto, é realizar um panorama focado na retração e crise das regiões e estados, bem como identificar algumas tendências para os próximos anos. A partir do balanço das características recentes das grandes regiões e da discussão pública de uma agenda para um projeto de desenvolvimento nacional em momento de crise econômica e polarização política, a sessão tem o intuito de agrupar pesquisadores (em especial jovens professores) para a formação de um grupo de pesquisa inter-regional sobre desenvolvimento, que buscará consolidar/aprofundar chaves interpretativas e metodologias de estudo comuns para a discussão do desenvolvimento regional brasileiro.

A questão regional sob o olhar da produção e da inserção externa das macrorregiões Brasil a partir da segunda década dos anos 2000

Beatriz Tamasso Miotto (UFABC) em coautoria a Thiago Noronha Sugimoto (Unicamp).

Considerando as dimensões de análise da economia e da integração regional brasileiras, a questão da estrutura produtiva e da inserção externa do país são fundamentais. O que se produz em cada região e para onde segue essa produção são determinantes para coesão territorial do país. Vasta literatura tem trabalhado as consequências de processos como a desindustrialização e a reprimarização da economia nacional e como esses aspectos, somados a um mercado de trabalho menos estruturado, um quadro de aumento de desigualdades e redução de investimentos, deteriora os laços

internos e valoriza as conexões da produção com os mercados externos, notadamente aqueles consumidores de produtos agro minerais e de baixa intensidade tecnológica. Dessa forma, essa apresentação tem objetivo de discutir dados que indicam o comportamento da produção e comércio exterior das macrorregiões e estados brasileiros. Os processos serão analisados a partir de indicadores para os dois períodos delimitados no resumo geral da sessão, quais sejam: valor agregado bruto da produção dos setores econômicos; principais categorias de produtos; exportações e importações desagregados por intensidade tecnológica; balança comercial; principais produtos da balança comercial; principais parceiros comerciais.

Desaceleração e crise no mercado de trabalho a partir da segunda década dos anos 2000: um olhar regional

Juliana Bacelar de Araújo (UFRN)

O mercado de trabalho brasileiro que já vinha refletindo os sinais da desaceleração econômica pós-2012, a partir de 2014 entra em um movimento antagônico ao observado no período de 2004-2011. A fotografia do mercado de trabalho desse período é a imagem reversa da obtida no período anterior: aumento do desemprego; saldos negativos na geração do emprego formal; elevação do trabalho por conta própria como o sem carteira; retrocesso no grau de formalidade; redução do rendimento médio real; e perdas da massa de rendimentos reais do trabalho. Em termos regionais, observa-se também impactos diferenciados, com maior intensidade da retração da atividade econômica e do emprego formal nas regiões do Norte e Nordeste. O cenário de lenta retomada da atividade econômica a partir de 2017, em um contexto de elevado desemprego e reforma da legislação trabalhista, tem levado ao aumento da precarização do trabalho. Pretende-se, com essa apresentação, discutir as principais tendências para o período de desaceleração e crise do mercado de trabalho na perspectiva regional, a partir da análise dos dados das macrorregiões e estados brasileiros, com foco no período de desaceleração/crise, utilizando dados da PNADC, do IBGE, e RAIS e CAGED, do Ministério do Trabalho.

Desigualdades nas macrorregiões a partir da segunda década dos anos 2000: uma perspectiva multidimensional

Cassiano José Bezerra Marques Trovão (UFRN)

O Brasil do início dos anos 2000 passou por um processo de retomada da atividade econômica, com ampliação do emprego formal, da renda média, do crédito e do consumo, em um movimento que ocorreu em paralelo à expansão das exportações e a ampliação dos investimentos em infraestrutura social, com redução significativa da desigualdade associada à renda corrente. Ao se analisar a desigualdade em uma perspectiva multidimensional, observa-se que a melhora relativa e a reconfiguração da estrutura social brasileira estiveram circunscritas, em grande medida, à evolução das condições do mercado de trabalho e da renda monetária, o que se refletiu em uma expansão do acesso aos bens duráveis e serviços

ofertados pelo mercado. Tal movimento não se deu com a mesma intensidade em outras dimensões, especialmente as das condições de habitação e de acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. O quadro atual de crise socioeconômica ampliará, certamente, os desafios para os pesquisadores e, principalmente, para a sociedade como um todo no enfrentamento do fenômeno da desigualdade, que é um fenômeno dinâmico, complexo, estrutural e multidimensional. A apresentação proposta pretende, assim, contribuir para o tema da desigualdade no Brasil apresentando uma metodologia multidimensional que hierarquiza grupos sociais a partir da Análise do Nível de Insuficiência Socioeconômica (ANIS). A metodologia baseia-se na construção, de 2012 em diante, com base nos dados da Pnad Contínua, de diversos indicadores socioeconômicos para as regiões subdivididos em cinco dimensões: mercado de trabalho e renda corrente; consumo; condição de habitação; educação; demografia.

Infraestrutura e dinâmica regional recente

Fábio Lucas Pimentel (UFRJ) em coautoria com Deborah Werner (UFRJ)

O eixo se presta a investigar as relações entre infraestrutura e desenvolvimento regional no Brasil, de maneira a destacar, no âmbito do período analisado, as distintas concepções na atuação estatal, as implicações territoriais e o vínculo dos investimentos com a inserção internacional do país. Entre 2007 e 2015, o Estado retoma as ações de planejamento e investimento em infraestrutura, viabilizadas pelas parcerias público-privadas, retomada dos investimentos de empresas estatais e crédito de longo prazo via bancos públicos. Tais aspectos são constrangidos, sobretudo a partir de 2016, pela retomada da agenda privatizante, o que tende a se fortalecer para os anos seguintes. Considera-se na análise as particularidades do estilo nacional de desenvolvimento e os efeitos territoriais dele decorrentes. Trata-se de uma abordagem que pretende apreender, de modo simultâneo, os condicionantes gerais da acumulação de capitais no País e a parcialidade de fenômenos socioeconômicos, políticos e institucionais, materializados – mediante a oferta de infraestrutura – no espaço. Resulta disso uma proposta voltada a descortinar as interações entre os centros de decisão, os mecanismos de legitimação, as rupturas e as permanências que subordinam o ambiente construído, na escala macrorregional, aos ditames de uma divisão internacional do trabalho.

Dimensão ambiental do desenvolvimento regional

Deborah Werner

O estilo de desenvolvimento brasileiro, que encontra síntese na heterogeneidade estrutural que caracteriza as economias periféricas, requer a consideração da dimensão ambiental para a plena compreensão das dinâmicas regionais no país. A inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, vinculada às *commodities* agrícolas e minerais, e consequente desindustrialização, culminada pela imposição de políticas macroeconômicas financeirizadas, têm agudizado as questões ambientais em diversas regiões do país. Intensivo em recursos naturais e impeditivo da reprodução e convívio de distintas formas de apropriação dos territórios, tal estilo de desenvolvimento também se expressa na flexibilização de marcos regulatórios, cujo objetivo é o de acelerar os processos de extração

e espoliação de riquezas materiais e simbólicas. Além de mercantilizar o espaço, essa lógica recrudescer a desigualdade ambiental e submete as regiões brasileiras aos ditames da acumulação do capitalismo sob dominância financeira. A presente discussão pretende, nesses marcos, apresentar as implicações regionais da inserção produtiva e financeira da economia brasileira, sob a perspectiva da desigualdade ambiental, enfatizando os conflitos territoriais, os processos de “chantagem locacional” e as lutas contra-hegemônicas que buscam o reconhecimento das distintas formas de existir e construir o território.